Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ.
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SAÚDE COLETIVA - IMS
Rua São Francisco Xavier - 524 - 7ª andar / blocos D e E
Maracanã - Rio de Janeiro - RJ - BRASIL - 20550-013
Telefone 55 (21) 2334-0235
Email secretaria@ims.uerj.br

DISCIPLINA

IMS027246 - Tópicos Especiais em Política, Planejamento e Administração em Saúde I (ME PPAS)

Classificação: Eletiva

Carga horária: 30

Créditos: 2

TURMA

Número: 015

Professor(es):

FELIPE DUTRA ASENSI

Tema: WORKSHOPS AVANÇADOS DE PRODUÇÃO ACADÊMICA EM "JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE"

Local: Remoto

Vagas: 20

Período: 05/04/2024 até 21/06/2024

Horário: sexta-feira - 09:00 hs até 17:00 hs

JUSTIFICATIVA

As instituições jurídicas têm sido frequentemente objeto de estudos e pesquisas no Brasil. Dentre tantos motivos, isso ocorre porque têm recebido maior protagonismo e se apresentam como oportunidade política de reivindicação e efetivação de direitos.

OBJETIVOS

O curso busca apresentar de maneira crítica e interdisciplinar o direito à saúde e sua interface com as instituições jurídicas, com foco especial na interseção entre direito e sociedade, com foco na produção acadêmica já desenvolvida pelo grupo de pesquisa. Serão 4 encontros intensivos que serão agendados no primeiro dia de aula, conforme a disponibilidade dos participantes.

PRÉ-REQUISITOS

Mestrando

TÓPICOS PROGRAMA

A progressiva constitucionalização que os direitos sociais passaram na década de 1980 em diante no Brasil, associada aos desafios de implementação efetiva por parte do Estado, fez com que tais direitos fossem cada vez mais submetidos ao crivo de tais instituições. No caso do direito à saúde, a judicialização tem versado sobre diversas ações e serviços, tais como o fornecimento de medicamentos, a disponibilização de exames e a cobertura de tratamentos para doenças.

BIBLIOGRAFIA

ASENSI, F. D. **Direito à saúde**. Curitiba: Juruá, 2013

ASENSI, F. D. & PINHEIRO, R. **Estudo multicêntrico sobre as relações entre sociedade, gestão e Judiciário na efetivação do direito à saúde – Relatório de pesquisa**. Rio de Janeiro: LAPPIS, 2014

BARROSO, L. R. Da falta de efetividade à judicialização excessiva: direito à saúde, fornecimento gratuito de medicamentos e parâmetros para a atuação judicial.In: SOUZA NETO, C.

P. de & SARMENTO, D. (Orgs.). **Direitos sociais -** fundamentos, judicialização e direitos sociais em espécie. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008

FEREJOHN, J. Judicialización de la política, politización de la ley. **Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales**, nº 184, pp. 13-50, 2002

NUNES, J. A. Saúde, direito à saúde e justiça sanitária. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, nº 87, pp. 143 - 169, 2009

TATE, N. & VALLINDER, T. **The global expansion of judicial power**. New York: New York University Press, 1995

WERNECK VIANNA, L. J.; BURGOS, M. B.; SALLES, P. M. Dezessete anos de judicialização da política. **Cadernos CEDES**, 2006

AVALIAÇÃO

Artigo científico

© 2011-2024 IMS - Instituto de Medicina Social Hesio Cordeiro. Todos os direitos reservados.